

# Diário do Legislativo de 02/04/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 5ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 6ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 30/3/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90; encerramento da discussão; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; existência de número regimental para votação; renovação da votação secreta; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299; designação de relator; emissão do parecer pelo relator; discurso do Deputado Rogério Correia - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolô Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Edson Rezende - Ermano Batista - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

## Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Veto à Proposição de Lei nº 16.296, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento interno. A Presidência esclarece que as Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto deverão registrar "sim" e os que desejarem rejeitá-lo, registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 38 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum especial para votação, motivo pelo qual vai renovar a votação secreta do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Elmiro Nascimento - Ermanno Batista - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jésus Lima - João Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados, totalizando 40 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Márcio Kangussu. Com a palavra, o Deputado Márcio Kangussu, para emitir seu parecer.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

#### PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 16.299

##### Comissão Especial

##### Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 308/2004.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi encaminhada à Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 111, I, "b", c/c o art. 222, do Regimento Interno.

De acordo com o disposto no § 3º do citado dispositivo, esgotado o prazo regimental da Comissão, a proposição foi incluída na ordem do dia, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvado projeto de iniciativa do Governador do Estado com solicitação de urgência e com prazo de apreciação esgotado.

Cabe-nos, portanto, emitir parecer sobre a matéria.

##### Fundamentação

A Proposição de Lei nº 16.299 autoriza o Poder Executivo a alienar à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG - terrenos com área aproximada de 13.963.235m², localizados no Município de Ribeirão das Neves. O veto apostado pelo Governador incidiu sobre

o parágrafo único do art. 1º, que destinava os referidos imóveis à instalação do Distrito Industrial, Comercial e de Serviços para o Desenvolvimento de Ribeirão das Neves.

Como razões do veto, o Governador alegou a contrariedade do interesse público, porque a redação dada ao mencionado dispositivo restringe a utilização do imóvel e, considerando-se que ele abriga o Complexo Penitenciário José Maria Alkmim, acarretaria a incompatibilidade do desenvolvimento de ações relativas à segurança pública naquele local, ainda que integradas nas atividades industrial, comercial e de serviços.

Inicialmente, é necessário esclarecer que a CODEMIG é uma sociedade de economia mista integrante da administração pública; foi criada pela Lei nº 14.892, de 2003, por meio da alteração do nome e dos objetivos da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - e visa a complementar ações do Governo na busca do desenvolvimento econômico e social do Estado. O Estado, conforme determina o art. 6º da citada norma, participa do capital social da empresa com o mínimo de 51% das ações nominativas com direito a voto e não poderá transferir o controle acionário sem autorização legislativa.

A autorização contida na proposição em tela visa permitir que o Governo realize aumento do capital social da CODEMIG, por meio da emissão de novas ações ordinárias nominativas correspondentes à alienação de imóveis de propriedade do Estado.

Importante observar que, como sociedade de economia mista, a CODEMIG é constituída sob a forma de sociedade anônima e dotada de personalidade de direito privado. Em decorrência disso, submete-se ao Código Civil e à Lei Federal nº 6.404, de 1976, com as modificações posteriores. As disposições sobre sua administração são estabelecidas em estatuto, por decisão da assembléia geral, em que o Estado, por ser o acionista majoritário, defende suas prioridades.

A lei deve apenas autorizar a criação da CODEMIG e estabelecer suas atribuições, de maneira ampla, possibilitando decisões da assembléia geral para adequar a atuação da entidade às necessidades do mercado empresarial. Se a lei adentrar aspectos específicos da gestão da Companhia, toda e qualquer mudança posterior deverá também ser realizada pelo processo legislativo, o que prejudicará sua administração.

Assim, não é razoável a imposição, por meio de lei, do destino a ser dado aos imóveis alienados à CODEMIG. Cabe à própria empresa, por meio de sua assembléia geral, avaliar a melhor forma de sua utilização, e, ao Estado, como sócio majoritário, impedir que as decisões prejudiquem o interesse coletivo.

Consideramos, portanto, que deve ser acolhida a diretriz proposta pelo Poder Executivo.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto parcial à Proposição de Lei nº 16.299.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres; Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores da TV Assembléia, solicitei a discussão deste veto do Governador do Estado à Proposição de Lei nº 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis para a CODEMIG, porque pretendo discutir não apenas a CODEMIG, mas também as empresas públicas em Minas Gerais, especialmente a CEMIG, e as nacionais, de maneira geral. Embora o assunto não seja apenas a CODEMIG, está relacionado ao tema por ser esta também uma companhia estatal de desenvolvimento econômico de Minas Gerais. É sobre as empresas estatais que pretendo fazer o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, nos chamados países emergentes, vivemos um período que qualifico de ressaca neoliberal. Os países da América Latina, em especial, e também os demais emergentes no mundo, estão vivenciando um período de vitórias importantes em outro campo que não o neoliberal, campo que ainda está sendo constituído, que ainda não tem um projeto terminado, acabado, mas cujo projeto nasce a partir - repito eu - de uma ressaca política e econômica, que é a ressaca do projeto neoliberal que prevaleceu na década de 90 e no início deste século.

Esse projeto vem sofrendo derrotas importantes em todo o mundo, mas principalmente na América Latina. O panorama político na América Latina hoje é outro: houve a derrota desse projeto e a vitória do campo democrático popular no Brasil; houve a derrota desse projeto neoliberal na Venezuela e na Argentina; os movimentos de rua na Bolívia também derrotaram esse tipo de modelo econômico neoliberal; o que, mais recentemente, também ocorreu no Uruguai.

Surgiram vários frutos importantes que podemos enumerar. O primeiro deles foi a paralisação da construção da ALCA - Livre Comércio das Américas -, modelo norte-americano na verdade, modelo neoliberal para a América Latina. A ALCA está praticamente paralisada. A meta era estabelecê-la em janeiro deste ano, mas, felizmente, seu processo foi paralisado, aliás, muito pela ação do Presidente Lula, que lidera os países da América Latina para a construção de outro pólo, o MERCOSUL, que começou a ganhar força nesse cenário e, hoje, ultrapassa-o, fazendo parcerias com países da América Central, além de Cuba. O modelo do MERCOSUL se contrapõe ao da ALCA, que, no nosso entender, seria e estava sendo completamente nefasto para os países em desenvolvimento da América. Era, portanto, a tentativa de imposição do modelo norte-americano ao conjunto dos povos latino-americanos. A paralisação da ALCA é fruto da derrota dos governos neoliberais na América Latina - repito -, no Brasil, na Venezuela, na Argentina, nos países andinos e, agora mais recentemente, no Uruguai.

O fortalecimento do MERCOSUL é outro fruto importante. Surge uma nova possibilidade de organização entre os países da América Latina, coordenada pelo Brasil, pela Argentina e pela Venezuela. São ventos importantes que sopram a modificação de um modelo ressaqueado para um novo que está sendo construído na nossa América. São, portanto, modificações e mudanças muito significativas.

Outro fruto da vitória desses projetos, que durante a década de 90 de uma forma ou de outra se organizaram em partidos políticos para enfrentar o rolo compressor do neoliberalismo, é exatamente o fim do processo das privatizações. Como sofreram os povos latino-americanos e todos os outros explorados no mundo com esse processo de privatização!

A Argentina, que foi um dos países mais ricos do mundo, espelho para a América Latina, chegou ao fundo do poço, tendo ido literalmente à bancarrota. Obrigada a decretar um processo de moratória, travou uma queda-de-braço com o FMI e continua a fazer esse tipo de enfrentamento.

Chamo a atenção dos Deputados e das Deputadas para a nova queda-de-braço que os argentinos, liderados por seu Presidente, travam contra as empresas que privatizaram o setor de petróleo naquele país. O povo argentino está fazendo piquete para que a gasolina da Shell não encha os tanques de combustível dos carros dos trabalhadores argentinos, porque a Shell vem aumentando os preços dos combustíveis para muito além da inflação, assim como fazem outras multinacionais. Os preços estão em disparada porque não existe mais controle do Estado sobre seus combustíveis, especialmente o petróleo.

Na Venezuela, o aprofundamento da miséria foi enorme, chegando-se quase a uma guerra civil, evidentemente estimulada pelos Estados Unidos, que não admitem que Hugo Chavez continue no poder porque esse Presidente não permite a privatização da empresa nacional de petróleo. Os Estados Unidos tentam desestabilizar o governo venezuelano procurando restabelecer o controle do imperialismo norte-americano sobre o petróleo na América Latina.

Felizmente, o Brasil manteve a PETROBRAS. Fosse vitorioso o candidato José Serra, apoiado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, certamente a PETROBRAS teria sido entregue ao capital financeiro internacional nos leilões de privatização que, eivados de erros e de supostas corrupções, serão analisados por uma CPI no Congresso Nacional. Digo felizmente até para o Estado de Minas Gerais, que recebeu a notícia de que a PETROBRAS investirá US\$1.000.000.000,00, mais de R\$2.700.000.000,00, na cidade de Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apresentei requerimento solicitando a vinda da PETROBRAS para detalhar esse investimento, até porque o Governador Aécio Neves só sabe choramingar a ausência de recursos e nunca elogiar o que mais existe em Minas Gerais relativo a outros Governos, que são empreendimentos vindos do Governo Federal. Esse investimento foi anunciado e comemorado no Palácio da Liberdade, sede do Governo do Estado, mas não ouvimos, por parte do Governador Aécio Neves, nenhum elogio ao Governo Federal sobre esse empreendimento, assim como não ouvimos nenhuma crítica ao antigo modelo de privatização, que ele tanto defendeu como integrante do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo das privatizações, o Governo neoliberal passado.

Felizmente, a PETROBRAS dá esse exemplo agora, assim como outros exemplos têm sido dados pelo BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Hoje, o BNDES tem outra função, não mais a de financiar as privatizações, cuja análise abordarei daqui a pouco. Suas funções são as de investir no crescimento do pólo industrial brasileiro, fazer com que nossa economia seja subsidiada para crescer e fortalecer a Nação brasileira.

O BNDES encerrou a sua fase de Banco que instiga as privatizações e financia, em especial no setor elétrico, empresas imbuídas do espírito de comprar estatais brasileiras, como foi o caso da AES e da Southern, que compraram a ELETROPAULO e 1/3 das ações da CEMIG. O BNDES, hoje, é um Banco de fomento do desenvolvimento e passa a ter uma função correta, assim como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que também não foram privatizados - o que aconteceria num Governo neoliberal - e passam a financiar ações importantes de agricultura familiar, de microcrédito, de pequenas e médias empresas e produtores, e mesmo de empresas nacionais maiores que pretendam aumentar o seu parque industrial. São Bancos que têm um papel distinto do dos Bancos do Governo passado, do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas os estragos das privatizações, em especial de telefonia e energia elétrica, não ficam para trás. Precisamos saber quem irá pagar a conta dessa ressaca neoliberal e do efeito nefasto das privatizações. Primeiro, o povo está pagando a conta, infelizmente, por meio dos aumentos das tarifas sempre superiores à inflação. Segundo, o aumento da própria inflação, porque tarifas públicas aumentadas num índice superior ao de inflação também tensionam a inflação. Portanto, o povo está pagando a conta do processo de privatização da telefonia e da energia elétrica.

Faço um parêntese para comunicar aos Deputados e ao povo mineiro, de maneira geral, que eu e a Deputada Jô Moraes apresentamos um requerimento para discutir proposta que vem dos vários cantos do País, já foi anunciada pelo Vice-Presidente da República e solicitada por ele, já foi também reivindicação do Prefeito e do Governador Aécio Neves: a correção e a substituição do indexador IGP-DI pelo IPCA. O IGP-DI tem sido o dobro do IPCA. O IPCA retrata a inflação. O IGP-DI tem sido o dobro da inflação, e as tarifas públicas de luz, de telefonia e de água têm sido reajustadas sempre pelo IGP-DI. Portanto, o reajuste é sempre muito maior do que o índice de inflação. Isso fará com que a inflação fique sempre tensionada para cima. Por mais que o Banco Central aumente as taxas de juros - a meu ver, equivocadamente -, a inflação não será contida, porque o que faz com que a inflação insista em crescer são os aumentos constantes das tarifas públicas. E também os impostos e as taxas dos Estados e municípios são sempre reajustados pelo IGP-DI, porque as contas e as dívidas dos Estados e municípios com a União também observam o IGP-DI, como reclamou o Governador Aécio Neves, o que faz com que a dívida com a União nunca baixe. Mas isso não é apenas com relação à dívida do Estado e dos municípios com a União; foi uma medida do Governo Fernando Henrique à época das privatizações, que, para valorizá-las, colocou o índice de reajuste superior à inflação para atrair as empresas multinacionais, que, com o dinheiro do BNDES, fizeram a festa e hoje fazem o inferno da vida do brasileiro com o aumento inflacionário e o aumento das tarifas.

Para discutir o problema, a Deputada Jô Moraes e eu estamos solicitando uma reunião nesta Casa, com a presença do Vice-Presidente José Alencar, do Prefeito, do Governador do Estado, de Governadores de outros Estados, de representantes da CUT e da FIEMG, e de várias autoridades e entidades. Queremos lançar um movimento nacional pela substituição, nas empresas privatizadas, do índice IGP-DI pelo índice IPCA.

Isso não significa golpe nos contratos, porque as referidas empresas não têm respeitado os contratos firmados com o nosso povo e tampouco têm feito os investimentos em telefonia e em energia elétrica contratados. Há muito romperam o contrato.

Por que temos de respeitar uma cláusula contratual nefasta que permite às empresas lucros exorbitantes à custa do aumento das tarifas? Nosso movimento pretende refazer tais cláusulas e propõe que, no máximo, se aumente o índice inflacionário. Aí, sim, também os Estados e municípios poderão reajustar as dívidas com a União, tomando como base o IPCA e não mais o IGP-DI.

O Deputado Weliton Prado é autor de um projeto de lei que prevê o aumento das taxas e dos impostos em Minas Gerais pelo IPCA e não pelo IGP-DI. Aliás, se o Governador Aécio Neves deseja que a renegociação da dívida do Estado com a União seja feita pelo IPCA, também as tarifas e taxas deverão ser registradas pelo IPCA.

Propomos um movimento nacional para desfazer os contratos nefastos firmados à época de Fernando Henrique, que, além do dinheiro do BNDES para comprar as empresas nacionais, concedeu às multinacionais a prerrogativa de aumentar as tarifas pelo IGP-DI, que é quase o dobro do IPCA.

Tais privatizações fazem parte do que chamo de ressaca neoliberal, e não podemos nos esquecer dos malefícios que causaram, para citar apenas dois exemplos, à ELETROPAULO e à CEMIG. A Jornalista Bertha Maakaroun, numa reportagem do jornal "Estado de Minas", relembra muito bem os processos nefastos da privatização nessas duas empresas.

No ano passado, a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados estimou um prejuízo de R\$25.000.000.000,00 nas costas do BNDES, fruto do não-cumprimento do acordo de privatização com a ELETROPAULO e a CEMIG.

No caso da CEMIG, a justiça, por ação do BNDES, suspendeu a remessa de dividendos para a Southern - que ganhou a privatização e é sócia da AES - e fez com que a CEMIG passasse a depositar os dividendos em juízo. Aquela empresa vem recolhendo os dividendos sem pagar o acordo com o BNDES, que lhe emprestou o dinheiro para a privatização. Com a ELETROPAULO, o processo foi o mesmo.

Recentemente, os Procuradores da República de São Paulo propuseram uma ação civil pública contra as condutas omissivas do Governo Federal entre 1998 e 2001. São réus da ação quatro ex-Presidentes e 14 ex-Diretores do BNDES, todos acusados de improbidade administrativa.

Os Procuradores obtiveram, em primeira instância, a quebra de sigilo bancário e fiscal dos réus. Estes, no entanto, apelaram para o TRF e obtiveram liminar suspendendo a medida. Se não tivessem nada a temer, teriam permitido a abertura de suas contas e respondido por um processo limpo. O fato de entrarem na justiça para evitar a quebra de sigilo já é, no mínimo, preocupante. Mas tudo isso é fruto desse prejuízo.

Aqui, na CEMIG, também estão na mira do Ministério Público Federal as relações da Sra. Elena Landau, ex-Diretora de desestatização do BNDES, com a empresa AES. Ela prestou consultoria ao grupo depois de deixar o cargo. Ou seja, ela desestatizou e depois assumiu um cargo na AES. Essa realmente é uma relação perigosa. Além disso, ela é casada com Périco Arida, ex-sócio do Opportunity e ex-Presidente do BNDES, e foi uma das representantes do consórcio formado pela Southern - essa da CEMIG -, a AES e o Grupo Opportunity, que adquiriu, com financiamento do BNDES, 33% das ações da CEMIG, em 1997. Entre 1997 e 2000, a Sra. Landau foi representante do consórcio no conselho de administração da CEMIG, sendo que, como todos sabemos, depois, no Governo Itamar Franco, conseguiram desfazer as prerrogativas que o sócio minoritário tinha no controle dessas ações.

Portanto, não tenho dúvidas de que os processos de privatização foram nefastos para o nosso País. Se houve ou não corrupção, a própria Câmara dos Deputados que instalou a CPI, é que vai dizer. Não estou querendo entrar nesse meandro, mas na discussão de quão malfeito foi o processo de privatização no Brasil, com preços sempre superiores à inflação, como atesta a ANEEL.

Antes de conceder aparte ao Deputado Ermano, quero ler, do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, parte de um artigo intitulado "Cavalo não desce escada", em que faz uma análise do mal que foi feito ao Brasil, do ponto de vista estratégico, com o processo de privatização. Não poderíamos dizer que se trata de um economista ligado aos grupos de esquerda, até porque foi Secretário de Fazenda na época do Governo Sarney, mas ele tem um sentido nacionalista, e nesse artigo diz, entre outras coisas, o seguinte: (- Lê:) "As privatizações foram levadas a cabo com menosprezo das questões estratégicas. Avaliadas do ponto de vista do Estado, há que lastimar a preocupação com ganhos de curto prazo - fiscais e cambiais - e o desleixo em relação ao fortalecimento de grupos nacionais privados ou mistos, dotados de capacidade de investimento e de competição nos mercados mundiais, comprometidos com as metas de desenvolvimento do País e com a 'poupança' de moeda forte.

Até mesmo os estudiosos mais conservadores reconhecem a importância crescente das economias de escala e de escopo, economias externas, estratégias de ocupação e diversificação dos mercados, conglomeração e acordos de cooperação. Nesse jogo só entra quem tem cacife tecnológico, poder financeiro e amparo político dos Estados nacionais".

Portanto, é uma discussão bastante distinta daquela da época do discurso neoliberal, pelo qual o mercado devia tudo regular, modelo que, felizmente, está hoje em decadência, embora apresentando essa enorme ressaca, que, infelizmente, recai sobre os ombros dos trabalhadores e do povo mais pobre não só da América Latina, como de todo o mundo.

Antes de passar à segunda parte de meu pronunciamento, em que abordarei mais especificamente a questão da CEMIG, concedo aparte ao Deputado Ermano Batista, pedindo-lhe desculpas por tê-lo feito esperar, pois julguei que precisava concluir o raciocínio da minha primeira intervenção.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)\* - V. Exa não tem do que se desculpar. Embora já esteja com alguns anos a mais do que V. Exa., minhas pernas ainda me oferecem condições para esperar de pé, ouvindo o seu pronunciamento, a que estou muito atento - e não poderia ser diferente, porque V. Exa., quando sobe à tribuna, traz sempre algo apreciável.

Um discurso um tanto quanto "pot-pourri", pois trata de muitos temas ao mesmo tempo. Embora divorciado do tema sob comento, o discurso de V. Exa. enriquece sobremaneira o debate neste parlamento. V. Exa. enaltece a ação do Governo Federal - e com justiça do seu partido -, no momento em que procura fortalecer o MERCOSUL, em prejuízo do fortalecimento da ALCA. É importante arrastar para nós, puxar para o nosso lado. É como se baixássemos a vala, fazendo com que as águas corresse para o nosso estuário.

Mas V. Exa. peca, talvez por excesso de lealdade - que algumas vezes desvia o cidadão da razão -, quando exalta o Governo Federal no momento em que ele estimula, não sei se estimulou, no momento em que ordena, não sei se ordenou, investimentos da PETROBRAS em Minas Gerais. Sei que o Governo Federal tem estimulado, na verdade, é um investimento alto da PETROBRAS em Cuba. Parece até que é um ato preparatório para o futuro, para que, quando for descartado, no Brasil, o corifeu da sua escola, haja um espaço para recebê-lo lá.

O investimento da PETROBRAS em Minas é meramente comercial, e V. Exa. peca quando diz que o Governo Aécio Neves choraminga a ausência do Governo Federal. Não há choramingas não, Excelência. O que há é o reflexo do sentimento do povo mineiro, que vê, indubitavelmente, e só os cegos não vêem, a ausência do Governo Federal em Minas Gerais. V. Exa. viaja e percebe que as estradas federais estão impraticáveis. O Governo Federal até hoje não fez obra neste País, está simplesmente à luz da fantasia.

Agora o Governo Federal está jactando-se de ter dispensado a presença do FMI. Fora, FMI! Mas depois de ter engordado o FMI, depois de ter saqueado a população brasileira, elevando a carga tributária a patamares elevadíssimos, a ponto de o brasileiro não suportá-la.

Na mesma linha, o Governo Federal vem aumentando sua folha de pagamento. O brasileiro não agüenta mais ver o PT perder eleições, porque, cada vez que isso acontece, temos de dar emprego a todos os derrotados. Achei que V. Exa. iria pronunciar-se a esse respeito. Achei também que V. Exa. reclamaria do Governo Lula porque o metrô de Caracas está sendo financiado pelo BNDES, enquanto o metrô de Belo Horizonte tem de correr atrás do BIRD para conseguir recursos para sua execução. Nesse ponto é a razão que tem de levar o parlamentar a se pronunciar, e não a paixão.

O Governo Aécio Neves simplesmente reflete o que a população de Minas está lhe dizendo constantemente: a ausência do Governo Federal nas estradas e na segurança. Itamar Franco, por menos que isso, colocou placas no Estado inteiro dizendo: "Esta estrada é do Governo Federal". O atual Governo de Minas ainda não fez isso, mas deveria fazê-lo, porque é um vexame a forma como o Governo Federal está tratando o povo brasileiro, principalmente o povo mineiro.

A arrecadação do Brasil, em janeiro deste ano, foi de R\$33.000.000.000,00. Desse total, R\$7.000.000.000,00 foram arrecadados em Minas Gerais. Isso significa que em três meses o Governo Federal arrecada em Minas o que o orçamento de Minas consegue em arrecadação durante o ano.

O retorno é praticamente nada, porque é preciso levar tudo para fora, aumentar os juros, pagar o FMI, pagar o capital estrangeiro. O seu partido, antes de assumir o poder, pregava o rompimento, mas, quando no poder, prestou-se à mais subalterna e vergonhosa submissão.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Ermano Batista, V. Exa. chamou a minha atenção afirmando que eu abordava o assunto mais com paixão que com razão, porque, sendo do PT, estava enaltecendo os feitos do Governo Lula sem prestar atenção ao que ainda não fez. Concordo que não fez muitas coisas, mas não poderia fazê-las em apenas dois anos.

Poderia usar o mesmo argumento de V. Exa., que, para defender o Governo Aécio Neves, do seu partido, usou mais a paixão que a razão. Por exemplo, a segurança pública. É bom verificar o que o Governo de Minas tem feito nessa área. Devemos perguntar o que tem feito em prol da educação. Está pagando um piso salarial de R\$212,00 para os professores de 1ª a 4ª séries. Os investimentos na área da saúde são muito inferiores aos 12% constitucionais. Isso significa que o Governo está infringindo a lei. É óbvio que V. Exa. defendeu o Governo Aécio atacando o Governo Lula, ao invés de citar as ações empreendidas pelo Governo do Estado, mesmo porque é difícil descobrir o que de fato realizou.

Respeito o seu pronunciamento.

Deputado Weliton Prado, antes de conceder aparte a V. Exa., citarei alguns dados referentes ao raciocínio que estava fazendo, aproveitando para responder algumas questões levantadas pelo Deputado Ermano Batista. Estava raciocinando sobre o processo de privatização e o mal que causou ao Brasil. Hoje, esse malefício é visível. Não se trata apenas do nosso País. Não existe mais unanimidade mundial sobre o processo neoliberal, como ocorria na década de 80, quando era considerada a única solução viável para os países emergentes, para os países mais pobres. Hoje, entre os setores mais críticos desse processo, existe a unanimidade de que é preciso construir novo modelo econômico e social. Mesmo defensores áridos do processo neoliberal não ousam mais defendê-lo porque têm conhecimento de sua falência, do prejuízo que causou aos povos e do malefício causado às privatizações realizadas em todo o mundo. Essa é a linha do meu raciocínio.

Abordarei questões ligadas à CEMIG, para termos idéia das conseqüências que causarão ao bolso dos brasileiros. O Sindicato dos Eletricistas divulgou, em 2004, um balanço, uma análise feita sobre a CEMIG. Alguns dados levantados não deixam dúvida sobre os malefícios causados pela privatização. Por exemplo, compararam o preço da tarifa com o índice de inflação de 2004. A inflação ficou em 6,62%, e a tarifa aumentou 19,13%. Isso não ocorreu apenas com a CEMIG, que estou citando por ser uma empresa mineira de energia elétrica. São preços autorizados nacionalmente pela ANEEL. Como o reajuste é feito pelo IGP-DI, e não pelo IPCA, é superior à inflação. O ICMS é o componente quase principal da alíquota da CEMIG.

A alíquota do ICMS da CEMIG é de 30% para o residencial, não é a mesma para o industrial. Significa que são acrescidos 42% de ICMS ao que se gastou de energia elétrica. É muito. O Deputado Ermano Batista falou sobre a altíssima taxa tributária do Governo Federal, mas essa é a maior taxa do Brasil referente à cobrança de residências: alíquota de 30% e 42% a mais do que você gasta. Se o Governo Aécio Neves está preocupado, Deputado Carlos Gomes, em diminuir a carga tributária, é um bom momento para ele reduzir o valor das contas de luz, baixando a cobrança de ICMS. A carga tributária é altíssima, e incide diretamente nas costas do contribuinte, do mais pobre, daquele que paga a conta de energia elétrica, de todo mundo.

Vou fazer a leitura do índice de todas elas. No caso da CEMIG, a alíquota é 30%. No Espírito Santo, em Santa Catarina, em Goiás e em Pernambuco, 25%; no Rio de Janeiro, 18%; na Bahia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, 25%; no Rio de Janeiro (Light), 18%. Então, varia entre 18% e 25%. Em Minas Gerais, só a residencial é 30%, é a mais alta. O Governador Aécio Neves tem aí um instrumento para diminuir a carga tributária.

Em relação ao que é cobrado das indústrias, a situação inverte-se. Minas Gerais cobra das indústrias o menor percentual de alíquota de ICMS nas contas de luz: 18%. No Espírito Santo, em Santa Catarina e em Goiás, 25%; no Rio de Janeiro, 30%; no Paraná, 27%; em São Paulo, 18%; no Rio Grande do Sul, 20%; no Rio de Janeiro (Light), 30%; no Rio Grande do Sul (AES) - 18%. Alguns se equiparam, mas ninguém consegue cobrar menos de tarifa industrial. Não estou querendo que o Governador aumente a carga tributária das indústrias, mas, subsidiá-las cobrando a mais das residências, não me parece uma política justa, pelo contrário. É o oposto do Robin Hood, que tira dos ricos para dar aos pobres. Aqui se tira dos pobres para subsidiar as indústrias. Quais indústrias? Deputados Carlos Gomes e Roberto Carvalho, quais são as indústrias que mais consomem energia elétrica? Coincidência ou não, são as maiores contribuidoras da última campanha do Governador Aécio Neves, mais que os Bancos, Deputada Jô Moraes. Aliás, repito, os índices mais baixos de percentual de cobrança são em Minas Gerais: 18% para a indústria - e 30% para residências. Nós, que não somos industriais, pagamos para que os grandes empresários tenham subsídio e energia mais barata. É o contrário do que fazia Robin Hood. Não estou pedindo para aumentar-se a carga tributária das indústrias, mas é mais que justo diminuir-se a das residências, para que não fiquemos subsidiando. Que o Governador subsidie de outra forma, não com o dinheiro do pobre contribuinte que ele diz defender, porque é contra o aumento da carga tributária previsto pela Medida Provisória nº 232. Também sou contra, e, felizmente, parece que será derrotada.

Quais são as empresas que mais contribuíram com a campanha do Governador Aécio Neves? Coincidentemente ou não, são as de metalurgia, de alumínio, de cimento, são as que mais consomem energia elétrica. Citarei algumas: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - R\$250.000,00; a AÇOMINAS tem uma contribuição de R\$300.000,00 e outras; Cia. Ferroligas Minas Gerais - MINASLIGAS - R\$132.000,00; Ligas de Alumínio - R\$128.000,00; Companhia Brasileira de Alumínio - R\$330.000,00; Navegação Vale do Rio Doce - R\$300.000,00; Rima Indústria - R\$154.000,00; Maringá Cimento e Ferro - R\$111.000,00; Plantar Siderurgia - R\$330.000,00; Siderurgia Valinho - R\$10.000,00; AÇOMINAS, de novo, mais R\$300.000,00; LIASA - R\$100.000,00; Companhia Mineira de Metais - R\$330.000,00; Companhia Industrial Cataguases - R\$200.000,00; Companhia Brasileira de Alumínio - R\$170.000,00, etc. Não sei se é coincidência, mas foram justamente as empresas que consomem muita energia elétrica que deram volumosas contribuições para a campanha do Governador Aécio Neves, maiores que as dos Bancos. Não estou falando que houve corrupção, elas apenas optaram por uma oferta maior de recursos, maiores até que a dos Bancos. Por exemplo, o UNIBANCO deu R\$100.000,00.

Verificamos, portanto, que a política no setor elétrico tem sido nefasta, especialmente em Minas Gerais, para o contribuinte residencial, e completamente benevolente para outros setores. Achamos que deveria ser exatamente o contrário.

Deputada Jô Moraes e Deputado Miguel Martini, há uma política de dividendos na CEMIG que também precisa ser esclarecida agora que se questiona esse amplo processo de privatização tão nefasto realizado no Brasil. Ao derrubar o acordo de acionistas por meio de uma ação do Governador Itamar Franco, que teve respaldo da Assembléia Legislativa, Minas Gerais derrubou o contrato com os acionistas. Os sócios minoritários, que possuíam 1/3 das ações, tinham o comando da CEMIG. O Governador Itamar Franco, juntamente com a Assembléia - houve aqui uma CPI - achou justo entrarmos na justiça para derrubar o acordo de acionistas, o que aconteceu. Portanto, os sócios minoritários não comandariam mais, como não comandam, os processos de direcionamento de recursos dentro da CEMIG, que foi salva do processo de privatização, assim como Furnas, que também salvamos. O ex-Governador Itamar Franco colocou até ninja na frente do Palácio. Houve alguns exageros próprios dele, mas que foram importantes para barrar a privatização. Nós o ajudamos e depois aprovamos uma emenda à Constituição, da qual tive o orgulho de ser relator, que hoje só permite privatização de empresa estatal mineira se houver referendo popular e aprovação por 3/5 dos Deputados. É uma salvaguarda importante que conseguimos para barrar essas malditas privatizações.

Nesse acordo de acionistas que derrubamos, também derrubamos o índice de dividendo que era repassado aos sócios da CEMIG. Dividendo é a parcela do lucro líquido da empresa que é repassada aos sócios majoritários ou minoritários. Na época do ex-Governador Eduardo Azeredo - sempre os tucanos - eram repassados 50% do lucro líquido da empresa. Então, 50% do lucro da CEMIG ia para o Estado e também para os sócios minoritários. O restante ficava com a CEMIG para investimento. Quando derrubamos o acordo de acionistas - derrubamos porque houve apoio geral da Assembléia -, o repasse de dividendos passou a ser de 25%. Ou seja, diminuiu pela metade. Significa que 75% continuaria na CEMIG para investimentos, para evitar apagão, para a estatal crescer, para a construção das barragens, para a geração de energia elétrica e para o setor modernizar-se.

Isso me parece óbvio, senão pode-se levar a empresa à paralisação. Aliás, foi o que o Governo Fernando Henrique fez em todas as empresas estatais brasileiras e nas estradas, que foram abandonadas, porque o Governo Fernando Henrique esperava a sua privatização. Trata-se de outra história comprida. O problema das estradas vem de longe; os buracos não se formaram agora, no Governo Lula. Tentou-se, de fato, evitar que existisse um processo de investimento em estrutura no Brasil.

Voltemos ao caso da CEMIG. O dividendo foi reduzido à metade, passando a ser distribuído em 25%, o que foi uma grande vitória. Agora, na última reunião do conselho da CEMIG, por proposta do Governador Aécio Neves e dos dirigentes da CEMIG, voltamos, Deputada Jô Moraes e Deputados Jésus Lima e Weliton Prado, ao passado, antes da derrubada do acordo dos acionistas. O Governador Aécio Neves passou novamente os dividendos a serem distribuídos para 50%. Evidentemente, isso favorecerá a Southern, apesar de o recolhimento do dividendo

passar a ser feito pela justiça, por meio do BNDES, e não mais pela Southern, como vinha sendo feito, graças a uma ação do Governo Federal. No entanto, será distribuída metade para a Southern e os sócios - minoritários em relação ao poder de voto, mas detentores de 50% das ações - e metade para o Governo do Estado. Desse modo, o Governo aumenta a sua arrecadação, por meio do que recolhe de dividendo, mas deixa a empresa, mais uma vez, sem os investimentos necessários à sua sustentação. Portanto, há um retorno a uma política que demoramos a fazer com que fosse divulgada.

Não me parece que o Governo Aécio Neves tenha uma política justa no que diz respeito à energia elétrica. É preciso reformular essa questão. Não temos sido vitoriosos nesse sentido em Minas Gerais. Faço essa denúncia. O Governador Aécio Neves tem de reformular a política de energia elétrica em nosso Estado, que vem sendo malfeita e está na contramão do que o Governo Federal tem procurado fazer.

Peço desculpas ao Deputado Weliton Prado por tê-lo feito esperar.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Queria apenas aceitar a provocação do Deputado Ermano Batista, que questionou a carga tributária. Quero lembrar que, nos oito anos do Governo Fernando Henrique, a carga tributária passou de 25% para mais de 35%. O Deputado se referiu também ao aumento da folha de pagamento. É lógico que tem de haver aumento na folha de pagamento. O Governo Fernando Henrique não aumentou os servidores; Lula, sim. Apenas no ano passado, foram contratados mais de 2.500 professores e técnicos. Este ano, a previsão é contratar 6 mil novos professores para as universidades particulares. Há praticamente 20 anos não se construiu universidade pública federal no País. Agora, o Governo Lula já anuncia a construção e a ampliação de "campi" avançados em todo o País.

Isso se dá na contramão da história, porque o Governo Lula anuncia os investimentos no âmbito federal, e, em nosso Estado, o Governador, já no terceiro ano do seu mandato, prometeu descentralizar a UEMG, com vários "campi" avançados em diversas regiões do Estado, mas até hoje não cumpriu a sua promessa. Da mesma forma age em relação aos cursos técnicos, que garantiriam o primeiro emprego para a juventude, uma das grandes bandeiras deste Governo. Há ainda a questão do livro didático. Estive em Montes Claros, na Zona da Mata, no Triângulo, lugares onde vi "outdoors" espalhados por todos os lados. Aliás, isso está ocorrendo em todo o Estado: "O que era para poucos agora é para todos: livro didático para os alunos do ensino médio". É muito bonito, mas tudo está sendo feito com recursos do Governo Federal. São R\$20.000.000,00 garantindo livro didático de Português e de Matemática aos alunos do 1º ano. Ano que vem, esses livros se darão aos alunos do 2º ano e, posteriormente, aos do 3º ano. Dessa forma, todos os alunos do ensino médio serão contemplados com livro didático, tudo recurso do Governo Federal. E o Governo do Estado não divulgou, nem em letras bem pequenas, o nome do Governo Federal nos "outdoors". Não apareceu em nada, fez sozinho, com muita divulgação.

Há muito "marketing" de que as crianças agora entram na escola com seis anos, mas, pela LDB, o ensino da 1ª à 4ª série é de responsabilidade do município. O Governador mandou um projeto a esta Casa, que foi aprovado, apenas para as escolas do Estado. Mas a divulgação disso ocorre não apenas em Minas, mas no País inteiro: São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Pernambuco, Goiás, Brasília. A divulgação é feita por "outdoors", rádio, televisão e jornal. Os garotos-propagandas são o Pelé, a Sandy e o Júnior. A visão fora do Estado é que o Governador de Minas é muito bom, mas não ficam sabendo que o que ele está divulgado não é a realidade.

Assim também ocorreu com a questão do primeiro emprego. Ele gastou R\$50.000,00 no programa, com 200 jovens, mas com publicidade foram milhões. Gastou mais com publicidade do que com a UEMG e não cumpre a legislação. O Deputado Rogério Correia disse muito bem que ele não cumpre a Emenda nº 29, não aplica os 12% em saúde, em que o déficit é de mais de R\$700.000.000,00.

A questão da segurança pública é seríssima. Faço até uma denúncia e uma cobrança ao Líder do Governo, pois houve designação de mais de 700 Detetives, Escrivães, Peritos e Delegados, mas a cidade de Montes Claros recebeu apenas um Detetive. É uma cidade em que a violência alcança altos índices, a situação é séria no Norte de Minas. Solicito que o Governador olhe com carinho para essa região e para as demais regiões do Estado. Não dá para aceitar que para uma cidade importante como Montes Claros vá apenas um policial.

Parabenizo o Deputado Rogério Correia por seu pronunciamento. O debate sobre a mudança do indexador é muito importante, a questão da CEMIG é fundamental. Espero contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa para aprovamos o projeto que apresentamos para mudar o indexador, passar o IGP para IPCA.

O Governador foi a Brasília, conversou com Néelson Jobim, pressionou o Governo Federal para mudar o indexador. Está correto, nós o apoiamos, pois a dívida do Estado alcança a cifra dos 30 bilhões. Mudar o indexador para IPCA, com certeza facilitará a vida do Estado. Esperamos que o Governador tenha coerência e use os mesmos critérios em Minas.

Agradeço o aparte, Deputado Rogério Correia, pode ter a certeza de que estarei junto com V. Exa., a Deputada Jô Moraes e o Bloco PT-PCdoB nesta Casa para proceder a essas importantes discussões para o Estado e para o País.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não comentarei o que o Deputado que me antecedeu falou, pois é tão repetitivo que já está cansativo. Se eu tiver de falar todas as vezes a mesma coisa que o povo já sabe, acabo nos cansando e ao telespectador. Já falamos tanto daquilo que ele repetidamente vem falando, que acho que o povo não quer mais ouvir resposta disso.

Deputado Rogério Correia, pelo raciocínio de V. Exa., também posso afirmar que todo mundo que bebe água morre de câncer, portanto, água provoca câncer; É a mesma coisa. Não existe esse raciocínio. A carga do ICMS não foi criada pelo Governador Aécio Neves. Se ela é anterior às eleições, não há nenhuma relação entre uma coisa e outra, é óbvio, porque o Governador teria de ter feito isso durante o Governo dele, o que não é verdadeiro. Essa tentativa de vincular uma coisa com a outra é tão absurda quanto dizer que água provoca câncer.

Segundo, a unificação do ICMS é um discurso do Governador Aécio Neves; o Presidente Lula prometeu fazer e não fez.

O que mais o Governo de Minas quer é a unificação da carga tributária, especificamente do ICMS, para pôr fim à guerra fiscal. E aí, sim, isso poderia ser feito de uma vez só. V. Exa., muito "en passant", disse que a autorização foi do Governo Federal, que uma agência nacional autorizou os aumentos nas tarifas de energia elétrica. Portanto, não é o Governador Aécio Neves que tem de fazer isso. A carga tributária nacional e de toda a América Latina é injusta, porque pagam mais os que menos têm condições de fazê-lo e pagam menos os que mais têm condições. Os Bancos e os grandes empresários não pagam impostos. Mas esse é um problema que não se resolve em Minas Gerais. O Brasil inteiro esperou que o Governo Lula cumprisse sua promessa, o que não ocorreu. É muito simples dizer "façam vocês enquanto eu não faço". O Governo Federal aumentou absurdamente a carga tributária e, pior que isso, continuou concentrando recursos. É necessário rever o pacto federativo, para uma melhor distribuição do bolo. Acho engraçado quando se diz "o Governo Federal fez em Minas Gerais". Gente, o dinheiro é dos mineiros. Antes de o dinheiro ser do Governo Federal, ele foi recolhido aqui, dos mineiros, levado ao Governo Federal, não voltando na mesma proporção em que foi arrecadado.

V. Exa. se refere a investimento na PETROBRAS; sabe-se que, há muitos anos, essa empresa tentava fazer parceria com a GASMIG. Foi o Governador Aécio Neves que conseguiu desentupir a tubulação que impedia que esse gás chegasse aqui em Minas Gerais. Foram oito anos de briga, mas, dentro da GASMIG, não se deixava fazer esse convênio. Uma determinação do Governador Aécio Neves, com a boa relação que tem com o Governo Federal, ajudou a solucionar um assunto que interessava tanto à PETROBRAS como ao Governo mineiro. É difícil dizer a quem

interessava mais, porque para Minas Gerais foi um grande feito, possibilitando a atração de novas indústrias.

V. Exa. diz que reduziu-se o ICMS para as indústrias; tudo se encontra dentro da lógica da guerra fiscal. Aachamos que, de certo modo, se impeço as empresas de se instalarem em Minas Gerais devido à cobrança de taxas e impostos, estou impedindo o aumento da geração de empregos, portanto, o crescimento da arrecadação e; por conseguinte, geram-se piores condições de vida para o cidadão mineiro.

Queremos fazer um debate objetivo, com dados, com fatos; não com sofismas, com comparações absurdas. Falar da campanha eleitoral ocorrida há quase três anos... Isso é até um bom indicío, mostrando que não temos o que falar do Governo atual. O investimento em segurança pública nunca foi feito nos níveis apresentados por este Governo.

Agradeço a V. Exa. a concessão deste aparte. Queremos continuar travando debates, mas sem paixão, com dados, com fatos, com números, com objetividade. A essas provocações repetitivas, cansativas, não mais vamos responder.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Respeito a opinião de V. Exa. e peço-lhe que leia o meu discurso para constatar que se encontra cheio de conteúdo, com muitos dados. E fiz uma discussão séria. Portanto, não responderei à provocação feita por V. Exa., ao final, por uma questão de respeito.

O investimento em Minas Gerais deixou de ser feito pelo Governo Fernando Henrique porque o referido Presidente tinha uma relação atritada com o Governo Itamar Franco, que não permitiu a privatização de Furnas e de outras companhias em nosso Estado. O Governo Fernando Henrique tinha uma relação desrespeitosa com Minas Gerais, e a PETROBRAS também não fazia investimentos. O Presidente Lula, apesar de não ser do mesmo partido que o Governador Aécio Neves, respeita o Estado de Minas, não deixando de nele investir. Neste caso, novamente parabenizo o Presidente Lula. Acho, também, que outras empresas de energia elétrica têm cargas tributárias menores que as daqui. Portanto, no que diz respeito à carga tributária da CEMIG, ela poderia ser menor. Em outros Estados, conforme os números que apresentei, ela é bem menor. Portanto, essa questão cabe a Minas Gerais, não é um assunto nacional.

O Deputado José Milton (em aparte)\* - Gostaria de pegar um gancho em seu pronunciamento para comentar suas palavras quando cita empresas que doaram recursos para a campanha do nosso então Governador do Estado. Faço uma referência à AÇOMINAS, empresa localizada em Ouro Branco. Conheço sua diretoria e sei dos critérios que a empresa adota para fazer doações de campanha. Da mesma forma que doou ao Governador Aécio Neves, também o fez em relação ao Deputado Nilmário Miranda. Seguindo a mesma linha, nas eleições municipais, fez doações a todos os candidatos; ao candidato do Partido dos Trabalhadores, inclusive. Acho injusta essa colocação. Quem ouve V. Exa. poderá entender que a empresa fez essa doação para receber os benefícios de redução da alíquota do ICMS. A AÇOMINAS é uma empresa séria, não faz doações pensando em retorno de quaisquer candidatos. A afirmação de V. Exa. é inconsistente. Seria o mesmo que afirmar que os grandes Bancos nacionais ajudaram a bancar a campanha do então Presidente Lula e que o fizeram para que ele, empossado, pudesse beneficiá-los com essas taxas de juros exorbitantes em prática no País. O próprio Vice-Presidente da República alardeia como são maléficás à economia. Não é verdade. Acho que essas taxas nunca foram praticadas, nunca os Bancos ganharam tanto dinheiro. Se fizeram doações para a campanha do Presidente Lula, por esse raciocínio, daqui a dois anos, na campanha de reeleição, serão muito maiores. Os Bancos nacionais e internacionais nunca se favoreceram tanto com esses juros absurdos. Podemos ver isso no BRADESCO, ITAÚ e até nos Bancos oficiais, pois todos tiveram lucros acima de R\$3.000.000.000,00 no último exercício. A título de justiça, a AÇOMINAS não faz essas doações esperando retorno, mesmo porque, como o Deputado Miguel Martini bem solicitou, esse índice de 18% incidente sobre a energia industrial já estava em vigência antes de o Governador tomar posse.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado José Milton. Se V. Exa. entendeu que fiz alguma acusação contra a AÇOMINAS, não foi essa a minha intenção. Apenas estou fazendo uma provocação ao Governador, para que reveja as taxas cobradas das residências e indústrias. É errado cobrar 18% da indústria e 30% das residências. São os pobres subsidiando a indústria. Em geral, são 25% a 25% ou 25% residencial e 30% para a indústria em alguns casos. Acho que esses índices são exagerados. É preciso que se reveja essa relação. Se o Governador não assumiu nenhum compromisso com essas empresas, é hora de refazer essa injustiça, modificar a relação dos percentuais cobrados. Seria mais justo para com o povo mineiro. Não sei se o Governador fará isso. Esta é minha indagação.

Em relação à taxa de juros, concordo com V. Exa., mas é menor do que quando o Presidente do seu partido, PSDB, estava no Governo. Mas concordo que são altas. Chegarei a esse ponto, pois acho que a política econômica também deverá ser revista, ajustada.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)\* - Parabenizo o Deputado Rogério Correia pela sua fala e complemento alguns dados. A defesa que você faz da CEMIG é extremamente importante para o nosso Estado. A CEMIG fez uma grande licitação para atender o programa Luz para Todos, e os custos, os números colocados nela são suspeitos, ou seja, há muita suspeita de corrupção. Veja só: tanto o que falo é verdade que o próprio Ministério Público questionou essa licitação, denunciando-a e buscando conhecer mais números. No primeiro contrato assinado entre a CEMIG e a ELETROBRÁS, cada ligação do programa Luz para Todos custaria R\$3.600,00. Nessa megalicitação que favorecia três grandes empreiteiras, esse valor passou para nove mil e poucos reais, ou seja, quase três vezes o valor do primeiro contrato assinado com a ELETROBRÁS. A Ministra Dilma Rousseff jogou duro - quero parabenizá-la - e não aceitou esses números da CEMIG. Esta, então, caiu na real - e aproveitou a presença do Deputado Arlen Santiago para dizer isso a ele - e cancelou essa licitação do programa Luz para Todos. São R\$1.200.000.000,00, e três megaempreiteiras haviam ganhado a licitação, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão e a Odebrecht. Ou seja, três megaempreiteiras que nunca instalaram um poste de energia elétrica, nem sabiam o que era uma cruzeta, aquilo que fica no alto do poste. Aposto com você que elas não sabem o que é isso, não entendem do setor elétrico, e ganharam a licitação.

O Deputado Rogério Correia - Ela foi anulada, Deputado?

O Deputado Jésus Lima (em aparte)\* - Se não me engano, ela foi anulada anteontem, porque estava na cara, estava visível. Uma pessoa como o Governador do Estado, que quer ser Presidente da República, abrir um flanco desse é um negócio muito complicado. Então, parabenizo V. Exa. pelo discurso em defesa da estatal CEMIG, um patrimônio dos mineiros e elogio a Ministra Dilma Rousseff por não aceitar esses custos colocados pela CEMIG. Você há de convir que a CEMIG é o grande financiador do Estado de Minas Gerais. Aliás, o tão anunciado déficit zero pelo Governo do Estado é feito à custa do subsídio que os pobres pagam para a CEMIG, a segunda tarifa mais cara do Brasil. Ela só perde para a Ampla, uma empresa privatizada no Estado do Rio de Janeiro. A CEMIG é a empresa com a segunda tarifa mais cara do Brasil. Parabenizo, então, V. Exa. por discutir esse assunto, nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Agradeço também ao Presidente Rêmolo Aloise por me ceder um tempo superior ao estabelecido no Regimento Interno para a discussão do projeto. Tenho ainda outros assuntos para abordar, mas o farei na reunião da tarde. O Deputado Jésus Lima também mencionou outros pontos interessantes que requerem uma abordagem mais rigorosa. Aliás, penso que a Assembléia Legislativa deveria observar esse caso da licitação. A própria Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária precisa verificar o que foi esse processo de licitação e os motivos pelos quais ela foi interrompida. Quem a interrompeu? Houve ordem do Ministério Público? Ele está investigando isso? Os dados mencionados pelo Deputado Jésus Lima são importantes e devem ser investigados pela Assembléia Legislativa. Então, parabenizo o Deputado Jésus Lima por estar atento a esse assunto. Se for do seu interesse, juntos investigaremos esse caso e solicitaremos, aliás, do Sindicato dos Eletricitários ajuda para isso.

Sr. Presidente, para terminar, digo que é evidente que o Governo Lula não fez tudo o que se deve no Brasil, nem esperamos que isso ocorra no

seu primeiro governo. Digo primeiro, porque estou convencido de que o Presidente Lula merece e terá o segundo mandato, para continuar o que iniciou. Evidentemente não fez tudo, algumas questões precisam ser discutidas, melhoradas e aproveitadas, enquanto outras precisam até mesmo ser modificadas. A política econômica do Governo tem tudo para dar um salto de qualidade agora e fazer uma transição em relação ao que tínhamos quanto à nova política econômica.

Deputado Jésus, o Governo deu um passo importante nesse sentido, que foi não renovar o contrato com o FMI. Isso pode parecer pouco. Vi alguns Deputados do PSDB tratar esse assunto com desleixo, como se isso não significasse nada; no entanto, o Governo Fernando Henrique, nos seus oito anos, tomou emprestados do FMI mais de 60 bilhões - muito dinheiro -; a dívida só se ampliou e ampliou-se o pagamento dos juros. A relação do Governo com o FMI era de dependência: todo ano retirava dinheiro porque não tinha condições de administrar a situação.

E como conseguimos fazer reverter isso? Não foi com a continuação da política econômica, mas com o aumento da exportação, com o crescimento da economia, algo que não ocorreu no Governo Fernando Henrique; por isso se criaram condições para a não-renovação com o FMI. Não pegamos um centavo dele. No ano passado, havia o contrato, mas nem um centavo foi adquirido. Enfim, hoje o Brasil tem condições de se libertar do capital financeiro internacional muito mais que antes, por isso não foi necessário renovar com o FMI.

Apresentei um requerimento congratulando-me com o Presidente Lula e com todo o Governo por essa não-renovação do contrato; porém é claro que não renovar o contrato não basta. A nossa política econômica terá que romper cláusulas contratuais - e há defensores disso dentro do Governo - firmadas pelo Governo Fernando Henrique e relativas às privatizações. Uma delas é esse aumento das alíquotas pelo IGP-DI, para que algumas empresas continuem "mamando" no povo brasileiro com o aumento da telefonia e da energia elétrica acima do processo inflacionário. Essa cláusula tem que ser rompida.

Precisamos criar um amplo movimento popular nacional, Deputado Edson, para que o Presidente Lula tenha respaldo popular para romper essas cláusulas equivocadas do Governo Fernando Henrique, a fim de que o parâmetro da inflação seja apenas o teto máximo para aumento das tarifas públicas no Brasil. Isso vai parar de forçar a inflação para cima e permitirá que comecemos a abaixar as taxas de juros, o que é uma reclamação nacional. O Vice-Presidente da República tem razão: precisamos abaixar as taxas de juros. Para isso, um ponto fundamental é exatamente retirar o IGP-DI como indexador e colocar o IPCA, forçando para baixo as contas públicas. Ai, sim, poderemos praticar com segurança taxas de juros mais baixas, que é o que deseja o Presidente Lula e todo o Brasil, e é o que será feito. Com certeza isso será feito, mas é preciso criar um movimento nacional para enfrentar as multinacionais, as poderosas empresas que estão aqui, que compraram empresas estatais sem a menor necessidade, com dinheiro do BNDES, como disse anteriormente.

Esse enfrentamento precisa ser feito ainda pelo nosso Governo. Tenho a esperança de que iremos fazê-lo com o apoio do povo brasileiro, para até mesmo diminuir essa taxa de juros; para que possamos ter um aumento além dos 5% do ano passado, que gerou 1.800.000 empregos. Podemos crescer mais para que os 10 milhões de empregos prometidos sejam realidade até o final do Governo do Presidente Lula. Mas, para isso, é preciso, sim, alterações na política econômica do Governo, que são essas que propus e outras que vêm sendo propostas, mas que dependem de respaldo popular e de força política. E o Governo deu o primeiro passo, ao não renovar com o FMI.

Evidentemente, precisamos dividir renda. O Presidente Lula ditou normas à equipe econômica para aumentar o valor do salário mínimo para R\$300,00. Assim, o salário mínimo vem sendo aumentado paulatinamente. Os R\$300,00 foram importantíssimos, assim como o que Lula determinou à equipe econômica: que se reajustasse em 10% a tabela do Imposto de Renda. Infelizmente o Ministro Palocci, em vez de se ater à redução dos 10%, inventou a Medida Provisória nº 232, que criava outros impostos, mas será revista também pelo Congresso Nacional. Essa medida provisória não será implementada.

Mas é importante que os 10% da alíquota do Imposto de Renda, anunciados pelo Presidente Lula, sejam mantidos. O Ministro Palocci tem de obedecer às ordens do Presidente, e não inventar medida provisória para aumentar a alíquota. Essas questões precisam ser revistas, até a bem da questão da divisão de renda. Vão precisar mexer no superávit primário para investir mais em estrutura. O Governo precisa fazer esses ajustes fundamentais na política econômica, a fim de permitir o desenvolvimento do Brasil. Mas o rumo hoje é outro. E aí faço um "gancho" com o início da minha intervenção. O momento é outro; é de questionar o modelo antigo do neoliberalismo e traçar os rumos para um novo modelo econômico, social e político, não só no Brasil, como em toda a América Latina e nos países pobres do mundo. É para isso que o Governo está caminhando. Por isso as políticas na área social - o Fome Zero, a política educacional, o PRÓ-UNI, o FUNDEB - são políticas prioritárias do Governo Federal. Queremos caminhar para um novo Brasil. É o que tem sido feito, evidentemente com as dificuldades que sabíamos que encontraríamos.

Deixarei para hoje à tarde, se conseguir fazer um pronunciamento, uma análise mais pormenorizada do Governo Aécio Neves. É preciso fazer um balanço do Governo Aécio Neves, que, em meu entender, está na contramão dessa política que queremos construir como novo modelo econômico. O Governador Aécio Neves ainda é do modelo antigo, do Governo Fernando Henrique Cardoso; por isso Minas Gerais não se está desenvolvendo como deveria. Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, agradeço o tempo a mais concedido por V. Exa.

#### Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 30/3/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dilzon Melo; aprovação - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299; encerramento da discussão; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; existência de quórum para votação; renovação da votação secreta; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.307; encerramento da discussão; votação secreta; inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos; anulação da votação - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes -

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.296, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90, apreciado na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.303 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Márcio Kangussu opinou pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 35 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum especial para votação, motivo pelo qual vai renovar a votação secreta do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Milton - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Rêmolo Aloise - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 27 Deputados. Votaram "não" 12 Deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.307, que obriga os estabelecimentos comerciais a informar o consumidor da cobrança de consumação mínima. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A Presidência dará início ao processo, e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que tomem seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 25 Deputados. Não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem efeito.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 31, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 30/3/2005

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, José Milton, Paulo Cesar, Roberto Ramos e João Leite (substituindo este à Deputada Vanessa Lucas, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados José Henrique e Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Cesar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater suposta violação de direitos humanos dos trabalhadores por parte da empresa CENIBRA S.A., de Belo Oriente, e de firmas que lhe prestam serviços terceirizados em Guanhães e Peçanha; e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Cel-PM Davidson Lopes da Silva, Subchefe do Estado-Maior da PMMG, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 24/3/2005; e do Sr. Moacir Simplicio, solicitando ajuda da Comissão em seu processo criminal. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Taiobeiras para debater a construção do Açude Público Berizal e obter esclarecimentos sobre os beneficiários desta obra; sejam solicitadas informações à Secretaria Especial de Direitos Humanos acerca do pedido de análise de documentação de reintegração por ato administrativo do Exército, protocolado nessa Secretaria pelo Sr. Marcelo Campos de Figueiredo, ex-2º-Sarg. do Exército; seja solicitada à Delegacia Regional de Trabalho de Minas Gerais a apuração da ocorrência de doenças profissionais em trabalhadores da CENIBRA S.A., inclusive por intoxicação com produtos químicos; seja solicitado ao CAO Criminal, do Ministério Público, que peça a exumação do corpo de Paulo Augusto Moreira, falecido no último dia 24/2/2005, e a instauração de procedimento para investigar as circunstâncias de sua morte; seja solicitado ao Chefe da Polícia Civil que determine a exumação do corpo de Paulo Augusto Moreira; e seja realizada visita às dependências da CENIBRA S.A. nos municípios que menciona, para verificar denúncia de violação aos direitos humanos, individuais e coletivos de seus trabalhadores; do Deputado Durval Ângelo e da Deputada Jô Moraes, em que pedem seja formulada manifestação de repúdio ao ato do Prefeito de Xambioá, TO, que destruiu um monumento em memória de João Amazonas, ex-Presidente Nacional do PCdoB; e seja solicitada às autoridades que menciona a reconstrução do monumento. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o tema supracitado. Registra-se a presença dos Srs. José Carlos Ferreira, Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil; José Maria Soares, Presidente da FTIEMG e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Guanhães e Região; Mário Parreiras de Faria, Auditor Fiscal do Trabalho e representante do Sr. Carlos Alberto Menezes Calazans, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais; Ricardo Cunha e Silva, advogado e representante do Sr. Fernando Henrique da Fonseca, Presidente da CENIBRA S.A.; Luciano Ricardo de Magalhães Pereira, advogado da Federação Extrativa; e João Paulo Vasconcelos, Diretor da CUT no Vale do Aço, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo tece suas considerações iniciais, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2005.

Durval Ângelo, Presidente - Doutor Viana.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 5/4/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.644/2004 e 4.078/2005, do Deputado Célio Moreira; 3.810/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 3.915, 3.916 e 3.918/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.944/2004, do Deputado Marlos Fernandes; 3.962/2005, 4.158/2005 e 4.308/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 3.996, 3.997/2005 e 4.305/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.322 a 4.324/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da CPI da Mina Capão Xavier Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 7/4/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Márcio Kangussu, Pinduca Ferreira e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2005.

Ana Maria Resende, Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/3/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/4/2005, que nomeou Carlos Eduardo Bernardes de Faria para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Érika Augusta Bernardes para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Biel Rocha

exonerando, a partir de 4/4/2005, Erielson Rodrigues de Melo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/4/2005, José Wilson Coutinho do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/4/2005, Luiz Carlos Xavier dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando José Wilson Coutinho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Luiz Carlos Xavier dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Vagner Vicente da Silveira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, a partir de 4/4/2005, Graciela de Matos Gonçalves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/4/2005, Valdemar Silva Filho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Graciela de Matos Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Rogério Neves Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Valdemar Silva Filho para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Zilach Eleny de Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 4/4/2005, Carlos Antonio dos Santos Costa do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/4/2005, Gilberto Dias Berbert do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Paulo Afonso Sandy para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Reginaldo Furtado de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando, a partir de 4/4/2005, Jessy Florindo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Ana Paula Carvalho Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando, a partir de 4/4/2005, Edson Rodrigues Gonçalves do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Laura Conrado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Wânia Aparecida Vinhal para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando César Bahia do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PCdoB;

exonerando, a partir de 4/4/2005, Maria da Conceição Pereira Miranda do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular;

exonerando, a partir de 4/4/2005, Pedro de Oliveira Pinto do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Líder do Bloco PT/PCdoB;

exonerando, a partir de 4/4/2005, Zilach Eleny de Campos do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

nomeando Maria da Conceição Pereira Miranda para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PCdoB;

nomeando Pedro de Oliveira Pinto para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular.

nomeando Soniamar de Assis Salomé Amaral para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 4/4/2005, Ana Paula Carvalho Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Jessy Florindo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/01, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 2.042, de 29/5/01, e 2.043, de 29/5/01, assinou os seguintes atos:

dispensando o servidor Cristiano Felix dos Santos Silva da Função Gratificada de Gerente-Geral-FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Administração e Recursos Humanos;

dispensando o servidor Eduardo de Mattos Fiuza da Função Gratificada de Gerente-Geral-FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Administração e Recursos Humanos.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2005

Objeto: aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

Licitantes vencedores: Apoio Rádio Técnico Eletrônico Ltda. (lote 1); NYPO Consultoria em Telecomunicações Ltda. (lote 2) e InstruTherm Instrumentos de Medição Ltda. (lote 3).

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2004

CONVITE Nº 7/2004

Objeto: contratação de empresa de engenharia, especializada em serviços de ar condicionado, para executar serviços de modificação de trecho de tubulação de água gelada para ar condicionado, com eliminação de caixa metálica existente, e execução de proteção mecânica, com chapa de alumínio lisa a ser fornecida pela contratante, em diversos locais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Licitante vencedor: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Centro Odontológico Integrado Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Núcleo Radiológico Brasil Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

#### ERRATA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 1º/4/2005, pág. 60, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Paulo César", onde se lê:

"Tasso José Lopes", leia-se:

"Tasso José Lopes Cançado".